

CARTA-MANIFESTO DO FÓRUM ALAGOANO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

“Interações remotas”? Educação Infantil e práticas pedagógicas na pandemia

Vivemos tempos de desmontes das conquistas da Ciência e da Educação Pública. Diante de tantas perdas de direitos e de vidas levadas pela pandemia de covid-19, absurdos passam com a boiada e não parecem ser suficientemente grandes para afetar nossa indignação. A realidade, no entanto, ainda impõe a nós a atenção, o foco e o constante diálogo na qual se insere a Educação Infantil. Ainda há, em meio a tantas mazelas nesse mais de um ano de pandemia, o que nos provoque indignação e espanto.

E é com este espanto e esta indignação que este Fórum Alagoano em Defesa da Educação Infantil se posiciona diante de ações e posturas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió que denunciam uma compreensão equivocada acerca das especificidades da primeira etapa da Educação Básica. Dentre essas ações, destaca-se a insistência na adoção de um modelo educacional à distância, baseado no uso de ferramentas de comunicação digital, reconhecidamente (inclusive pela própria Coordenadoria Geral de Educação Infantil – CGEI) como inadequado. Este modelo se apoia em conceitos como “interação remota”, “atividades tecnológicas” e “atividades síncronas e assíncronas”, expressões importadas de outras áreas e que mascaram - ou silenciam - a natureza e a funções social e pedagógica da Educação Infantil.

Não precisamos lembrar que os eixos das práticas pedagógicas que defendemos são as interações e as brincadeiras, como sugeridos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. A falta de escuta e de autonomia das instituições educativas e das/dos profissionais da educação transparece uma imposição vertical pela realização de atividades mediadas por dispositivos digitais. Essa organização do trabalho pedagógico acarreta problemas de grandeza (até então) imensurável, dentre os quais destacamos:

1. Que a realidade socioeconômica da clientela dos CMEIs não condiz com o pressuposto de que cada família possua, para cada criança, um dispositivo celular, *notebook* ou *tablet*, dos quais elas se sirvam, exclusiva e individualmente, em momentos síncronos de atividades remotas;
2. Que qualquer ação, ainda que de boa vontade, autodeclarada insuficiente e ineficiente de alcançar a totalidade de seu público-alvo é, desde sua concepção, excludente e discriminatória;

3. Que a Rede de Educação conta, para o atendimento desta imposição, com recursos financeiros próprios dos educadores: telefones celulares, pacotes de internet, energia elétrica e espaço físico, entre outros recursos, não oferecendo qualquer subsídio para o desenvolvimento do trabalho domiciliar;
4. Que a formação em Pedagogia confere às professoras e professores da educação infantil um conjunto vasto de conhecimentos referentes ao cuidado e à educação de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, além da sensibilidade estética da escuta, da valorização da pessoa humana e da concepção de que a educação é um processo amplo e abrangente, que extrapola a transmissão de conhecimentos;
5. Que a impossibilidade de desenvolver o trabalho docente de forma presencial não obriga professoras e professores a adotarem formas que ficaram conhecidas como *youtuberização* do trabalho e que muitas destas ações dão lugar a representações estereotipadas, que descaracterizam e ferem o ofício docente, ultrapassando os limites da prática pedagógica;
6. Que, ao lançar a responsabilidade de conduzir atividades de estímulo ao desenvolvimento das crianças sobre suas famílias, conscientemente (e, por isso, intencionalmente) acaba por alargar o cruel abismo de desigualdades sociais existente entre cada criança, entre cada família e entre cada comunidade maceioense;
7. Que, assumindo um lugar que não é seu, a instituição escolar abre mão de sua centralidade na rede intersetorial de apoio e da parceria acolhedora e respeitosa com as famílias na educação dos bebês e das crianças, sobretudo, às crianças expostas e vulneráveis em tempos de pandemia e isolamento.

Assim, este Fórum entende que sair em defesa da Educação Infantil é colocar-se ao diálogo, ao debate e à construção de alternativas. O Fórum Alagoano em Defesa da Educação Infantil acredita no fortalecimento da gestão democrática e na construção de projetos político-pedagógicos coerentes com os tempos em que vivemos. Da mesma forma, defendemos e lutamos por aquilo que a Ciência tem produzido, pelas pesquisas e estudos desenvolvidos em âmbito local, nacional e internacional e que, até aqui, têm nos guiado na busca por uma educação pública, gratuita e de boa qualidade para nossos bebês, nossas crianças bem pequenas e todas as crianças alagoanas.

Fórum Alagoano em Defesa da Educação Infantil

Alagoas, em 02 de junho de 2021